

ANOS DE CHUMBO / Em reunião com Lula e representantes dos ministérios, integrantes da Corte reivindicam ações de busca e identificação de vítimas de militares

CIDH cobra governo sobre desaparecidos

» EVANDRO ÉBOLI

O governo brasileiro foi cobrado, ontem, por juízes da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para adotar ações e cumprir a sentença judicial de 2010, que determina busca e identificação dos desaparecidos pelos militares durante os 21 anos de regime de exceção no Brasil.

Em reunião com representantes dos ministérios e familiares de vítimas da ditadura, integrantes da CIDH reivindicaram também a reinstalação da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, extinta no fim do governo de Jair Bolsonaro.

A reunião, que ocorreu na sede do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), chegou a ser interrompida porque os juízes da CIDH foram ao Palácio do Planalto se encontrar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O cumprimento da sentença foi um dos assuntos da conversa. A comissão é vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA).

Também participaram do encontro no CNJ dirigentes do Centro pela Justiça e Direito Internacional (Ceji), uma organização dos direitos humanos, e diversos representantes de órgãos do governo. O tema principal que motivou a presença dos juízes da comissão no Brasil foi a emergência climática e direitos humanos, mas as entidades e familiares conseguiram uma audiência específica sobre o não cumprimento da decisão sobre as violações na ditadura.

Familiares que estiveram no encontro elogiaram o resultado. Uma das autoras da ação que condenou o Estado a promover medidas pela localização das vítimas da Guerrilha do Araguaia — episódio de resistência à ditadura nas décadas de 1960 e 1970 nas matas de Maranhão, Pará e Tocantins —, Victória Grabois saiu satisfeita da reunião e afirmou ter sido a mais produtiva desde a sentença judicial.

“O balanço é positivo. Essa foi a terceira audiência desde a decisão do caso, em 2010, e, para mim, foi a a mais proveitosa,

Wagner Lopes/CC



Membros da CIDH pediram, também, a reinstalação da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos



Conseguimos apresentar para a Corte o estado de descumprimento da sentença, e, ao mesmo tempo, houve reconhecimento da urgência de algumas temáticas”

Helena Rocha, co-diretora do Programa para o Brasil e Cone Sul do Ceji

bastante produtiva para os familiares. Não tenho mais expectativa. Saí contente daqui. Se tiver encaminhamento, vou ficar feliz. Nem espero mais nada. Não sou pessimista, senão nem estaria aqui. Sou uma otimista crítica. Faço tanta coisa. Mas não saí frustrada”, frisou Victória Grabois. Ela tem três familiares desaparecidos na guerrilha: o pai, Maurício Grabois; o irmão, André Grabois; e o marido, Guilherme Olimpio.

Lorena Girão Barroso, irmã de Jana Moroni Barroso, assassinada e desaparecida na guerrilha, também esteve no encontro e afirmou que, apesar de as esperanças se apagarem com o

tempo, viu nos representantes do governo um menor ranço autoritário, se comparado com reuniões semelhantes no passado.

“Acho que essa nova geração, e a própria orientação do governo sobre os crimes da ditadura, deu à AGU (Advocacia-Geral da União) uma nova forma de encarar esses delitos. Já não é aquela coisa de defender a União a qualquer preço. Agora é mais humanizado, digamos assim. E, assim, os argumentos para impedir o cumprimento da sentença vão caindo por terra”, disse Lorena Barroso.

Helena Rocha, co-diretora do Programa para o Brasil e Cone Sul do Ceji, relatou que foi

cumprido o objetivo de demonstrar à CIDH que o Estado brasileiro não está cumprindo a sentença judicial.

“Conseguimos apresentar para a Corte o estado de descumprimento da sentença, e, ao mesmo tempo, houve reconhecimento da urgência de algumas temáticas, como os danos irreparáveis da não identificação dos remanescentes ósseos sob tutela do Estado; a recriação dos espaços de localização de pessoas desaparecidas, como a Comissão de Mortos e Desaparecidos e o Grupo de Trabalho (GT) do Araguaia; e o posicionamento do Poder Judiciário no entendimento adequado da Lei de Anistia”, enfatizou.

Criméia Almeida, também uma das autoras da ação, atuou na Guerrilha do Araguaia, foi presa pela ditadura e torturada quando estava grávida de sete meses. Ela comentou o resultado do encontro com a CIDH.

“A reunião foi a melhor que participei, sobre avaliação do cumprimento da sentença. E esperamos que tenha sequência, porque até agora está tudo a mesma coisa”, ressaltou.

ELEIÇÕES

TRE-RJ nega pedido de cassação de Castro

» LUANA PATRIOLINO

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) absolveu, ontem, o governador do estado, Cláudio Castro (PL), das acusações de abuso de poder político e econômico durante o processo eleitoral de 2022. A decisão também impediu a cassação dos mandatos do vice-governador, Thiago Pampolha, e do presidente da Assembleia Legislativa (Alerj), Rodrigo Bacellar. O placar foi de 4 a 3.

A acusação argumenta que os envolvidos são responsáveis por desvios na Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Ceperj) e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) para avançar a campanha eleitoral de 2022.

No julgamento, a maioria do colegiado entendeu que ocorreram irregularidades e possíveis desvios no Ceperj e na Uerj. No entanto, segundo a decisão, as irregularidades administrativas não tiveram influência nas eleições daquele ano. A Procuradoria

Carlos Vieira



Castro respondeu por abuso de poder político e econômico nas eleições

Eleitoral do Ministério Público Federal (MPF) informou que vai recorrer da decisão.

“A maioria é soberana, tanto no julgamento quanto nas urnas. Então, foi isso que o tribunal hoje (ontem) decidiu”, comentou o advogado Eduardo Damian, responsável pela defesa de Castro.

Doze réus

Ao todo, foram julgados 12 réus. No início do julgamento, na sexta-feira da semana passada, o desembargador Peterson Barroso Simão votou pela cassação dos três mandatos. Segundo ele, ficou evidente o “caráter eleitoreiro” das ações, e as irregularidades provocaram

desigualdade nas eleições.

No entanto, o desembargador Marcello Granado afirmou não haver provas de que Castro e os outros envolvidos tenham atuado para obter vantagens eleitorais no suposto uso de uma “folha de pagamento secreta”.

Apenas a desembargadora Daniela Bandeira de Freitas e o presidente da Corte, desembargador Henrique Figueira, votaram com o relator do processo, pela condenação dos acusados.

Por outro lado, votaram pela absolvição dos acusados os desembargadores Marcello Granado; Gerardo Carnevale Ney da Silva; Fernando Marques de Campos Cabral Filho; e Kátia Valverde Junqueira.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



O jabuti na taxaço de compras no exterior pela internet

Era mais um jabuti daqueles que aparecem de última hora: a cobrança do imposto de importação sobre produtos de até US\$ 50 comprados pela internet, o equivalente a R\$ 257 no câmbio atual. Foi incluído no projeto que instituiu o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), que estava para ser votado hoje pela Câmara dos Deputados. No jargão parlamentar, jabuti é uma proposta estranha aos propósitos originais do legislador, que aparece sem que se saiba direito quem está por trás, mas sempre é alguém ou algum lobby muito poderoso.

De olho na reação dos consumidores, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ameaçou vetar a taxaço federal de remessas de até US\$ 50, vindas do exterior. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para aprovar o projeto, havia convocado uma sessão ontem, o que só aconteceu quando os assuntos são muito importantes. Diante da reação, adiou a decisão. Na quarta-feira, o assunto já havia sido objeto de um bate-boca entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o deputado Kim Kataguiri (União Brasil-SP), na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

Atualmente, as compras do exterior abaixo de US\$ 50 são taxadas somente pelo Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) estadual, com alíquota de 17%. O imposto de importação federal, de 60%, por sua vez, incide somente para remessas provenientes do exterior acima de US\$ 50. A isenção federal do imposto para encomendas de baixo valor tem sido criticada pelo empresariado brasileiro, que diz haver uma penalização da produção nacional, cuja tributação é muito mais alta. A proposta já havia sido aventada pelo governo federal, que recuou diante da forte reação contrária dos consumidores nas redes sociais.

No folclore da política brasileira, o jabuti virou figurinha carimbada por causa de uma frase do senador Vitorino Freire, um político pessedista de origem pernambucana que fez carreira no Maranhão e, durante o regime militar, foi senador pela antiga Arena: “Se você encontrar um jabuti em cima de uma árvore, antes de tirá-lo, pergunte quem o colocou lá”, dizia, ao se referir a desconhecidos que assumem altos cargos no governo.

Como jabuti não sobe em árvore, a expressão também passou a ser usada quando uma proposta estranha é embarcada num projeto de lei, que geralmente trata de outro assunto, sem que se saiba direito quem é o padrinho. Essa prática é responsável por muita insegurança jurídica, encarece os custos da administração tributária das empresas e gera milhares de processos na Justiça, porque não corresponde à boa técnica legislativa. É fruto da esperteza política e do poder dos lobbies nos bastidores do Congresso.

Bugigangas

Lula ameaçou vetar, mas não fechou a porta para uma negociação: “A tendência é vetar, mas a tendência também pode ser negociar”, afirmou, em conversa com jornalistas no Palácio do Planalto. O presidente da República disse estar disponível para discutir o tema com o presidente da Câmara, Arthur Lira. “Cada um tem uma visão a respeito do assunto. Quem é que compra essas coisas? São mulheres, a maioria, jovens, e tem muitas bugigangas. Eu nem sei se essas bugigangas competem com as coisas brasileiras, nem sei”, acrescentou.

Ao incluir a taxaço no projeto do Programa Mover, o relator do texto, deputado Átila Lira (PP-PI), manifestou “preocupação” com a indústria nacional e desequilíbrio na concorrência com os produtos fabricados no Brasil. A isenção também é questionada por entidades ligadas ao varejo. A lista das empresas que já aderiram ao Remessa Conforme inclui as gigantes Amazon, Shein e Shopee.

O governo defende equilíbrio de tratamento na cobrança de impostos. “Você tem as pessoas que viajam que têm isenção de US\$ 500 no Free Shop, que tem mais isenção de US\$ 1 mil, e que não pagam (imposto), que são gente de classe média. E como é que você vai proibir as pessoas pobres, meninas e moças que querem comprar uma bugiganga, um negócio de cabelo”, argumentou Lula.

A tendência de fazer compras on-line ganhou força durante a pandemia e se tornou parte integrante da vida dos brasileiros de forma definitiva. De acordo com a pesquisa “E-commerce Trends 2024”, realizada pela Octadesk em parceria com o Opinion Box, 62% dos consumidores fazem de duas a cinco compras on-line por mês, enquanto 85% dos brasileiros fazem pelo menos uma compra por mês na internet. Uma das propostas é limitar o número anual de compras de cada consumidor.

O faturamento do e-commerce no Brasil em 2023 foi de R\$ 185,7 bilhões, segundo dados da Abcomm (Associação Brasileira de Comércio Eletrônico), com ticket médio de R\$ 470 (um crescimento de 2% em relação ao ano anterior), 395 milhões de pedidos e 87,8 milhões de consumidores virtuais. Segundo a NuvemShop, pequenos e médios e-commerces movimentaram cerca de R\$ 703 milhões no primeiro trimestre de 2023, um crescimento de 23% em relação ao mesmo período de 2022. Para 58% dos consumidores, a compra on-line ajuda a conseguir preços mais baixos em comparação às lojas físicas; 57% citam a praticidade de comprar sem sair de casa; e 56% aproveitaram as promoções.

Tornozeleira eletrônica em financiadores

» RENATO SOUZA

A Polícia Federal deflagrou, ontem, a 27ª fase da Operação Lesa-Pátria, que apura os atentados de 8 de janeiro em Brasília. As equipes cumpriram 18 mandados de busca e apreensão e dois de monitoramento eletrônico em cinco estados: Goiás, Paraná, Mato Grosso, São Paulo e Rondônia.

Os alvos são suspeitos de financiarem o deslocamento de ônibus com extremistas até a capital do país. Em dois dos envolvidos, agentes colocaram tornozeleira eletrônica.

Além de busca e apreensão, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o bloqueio de bens dos investigados.

De acordo com a PF, o montante bloqueado pode chegar a R\$ 40 milhões. “Os fatos investigados constituem, em tese, os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime, destruição e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido”, destacou a corporação, em nota.